



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Um corpo que não está só: reflexões sobre resguardo, práticas de saúde e agenciamentos entre as mulheres Ticuna

Autoria: Angélica Antunes de Souza (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O objetivo deste trabalho é fazer uma breve apresentação de minha pesquisa monográfica realizada junto aos Ticuna, de abril a dezembro de 2018 na aldeia de Filadélfia, Terra Indígena Santo Antônio, alto Solimões (sudoeste amazonense). Durante este tempo pesquisei as práticas de resguardo das mulheres Ticuna, em especial os resguardos de menarca, menstruação, pré-parto e pós-parto. As informações e reflexões apresentadas situam-se no entrecruzamento da etno-linguística, cosmologia e ontologia Ticuna, com o objetivo de complexificar o entendimento do que é um resguardo e qual a importância desta prática para estes corpos assinalados socialmente como corpo de mulher. De acordo com a cosmologia Ticuna, o corpo não é uma entidade separada do cosmos, ele está em constante relação com o mundo envolvente. A construção da pessoa é um processo contínuo e está relacionado aos laços estabelecidos durante a vida, incluindo os laços com seres não-humanos. Por isso, é preciso tomar cuidado com essas agências Outras, pois elas podem levar a doenças ou a captura. Existem dois momentos de maior risco; os que produzem o cheiro de verde (doü) e os que produzem cheiro de sangue (puya). O corpo das mulheres mantém constante relação com o cosmos e as práticas de resguardo tem o intuito de tornar esta relação estável, mas a recíproca também é verdadeira, através dos resguardos e equilíbrio do cosmos também é mantido. Neste sentido, proponho que os resguardos se mostram como uma prática de saúde não-individual e como uma agência das mulheres na manutenção e equilíbrio do mundo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: